



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 2019.

(Da Sra. Deputada SÂMIA BOMFIM )

Solicita à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos esclarecimentos acerca da campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo”.

Senhor Presidente,

No dia 03.02.2020 o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (MMFDH) e o Ministério da Saúde (MS) lançaram a campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo”, com o objetivo de “reduzir os altos índices de gravidez precoce no Brasil”, conforme divulgado nos canais institucionais dos ministérios e na imprensa.

Diante disso, considerando os princípios constitucionais que regem o país, requero a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que oficie a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para que preste as seguintes informações:

1. Em nota<sup>1</sup>, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos referencia a campanha com estudos científicos que, de acordo com o ministério, “apontam resultados exitosos dessa alternativa de iniciação sexual em idade tardia, considerando as vantagens psicológicas, emocionais, físicas, sociais e econômicas envolvidas”. Tais estudos, citados na página Estudos Nacionais<sup>2</sup> e referenciada na nota do ministério, se concentram nas experiências do

<sup>1</sup> <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/janeiro/nota-a-imprensa>

<sup>2</sup> <https://www.estudosnacionais.com/20446/o-que-dizem-estudos-sobre-eficacia-da-abstinencia-sexual-para-evitar-a-gravidez-precoce/>



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

programa *Teen Star*, criado nos Estados Unidos e replicado no Chile a partir de 1990, que tem como elemento estruturante o estímulo à abstinência sexual. Qual é a influência do programa *Teen Star* na estruturação da referida campanha do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos? Há, para além do programa supracitado, outras experiências que referenciam a campanha no Brasil?

**2.** Ainda em relação à experiência chilena sobre abstinência sexual, de acordo com o Ministério da Saúde chileno, entre 2010 e 2017, aumentou de 2.900 para 5.816 o número de soropositivos, sendo o país com maior média de crescimento de novos casos de HIV na América Latina (34% no período), segundo dados divulgados pelo Programa Conjunto da ONU para HIV/Aids. De acordo com o mesmo estudo, o Brasil teve crescimento de 21% no número de novas infecções por HIV entre 2010 e 2018, sendo o terceiro país onde mais houve crescimento de tais índices na América Latina. Há alguma estratégia de abordagem dentro da referida campanha que tenha como foco a redução desses índices, uma vez que o mesmo está diretamente relacionado ao início da vida sexual? A campanha abordará o uso de contraceptivos e métodos para relações sexuais mais seguras, como o uso de preservativos?

**3.** Em nota<sup>3</sup> divulgada no dia 03/02/2020, a ministra afirma que tanto o Ministério da Saúde quanto o Ministério da Educação estarão envolvidos nesse processo. Declara ainda que haverá cartilhas, rodas de conversa com os adolescentes, arte e música. De que forma essa relação entre os ministérios se estruturará? Haverá formação de educadores? Se sim, quanto será destinado para essa formação? Como ela ocorrerá? Com base em qual matriz curricular se dará a composição de referidas cartilhas?

---

<sup>3</sup><https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**4.** Em termos gerais, em que consistirá a campanha e quanto será investido na sua propaganda e execução?

**5.** Houve um estudo comparativo com relação a outras campanhas que tenham como foco a educação sexual nas escolas? O Ministério desenvolveu ou desenvolverá campanhas envolvendo estratégias de saúde contraceptivas?

**6.** Como a campanha abordará as diferentes faixas-etárias?

**7.** Uma nota técnica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), divulgada pelo jornal O Globo<sup>4</sup> no dia 26/01/2020, produzida para orientar a campanha de prevenção da gravidez na adolescência, afirma que o início precoce da vida sexual leva a “comportamentos antissociais ou delinquentes” e “afastamento dos pais, escola e fé”, entre outras consequências. Sobre o que se sustenta o Ministério? Quais evidências comprovam essas afirmações? Há estudos que apontem esses elementos ou trata-se de afirmações de cunho pessoal da ministra?

**8.** O Ministério da Saúde, para orientar a campanha, apontou diretrizes como o reforço da autonomia e do protagonismo para a escolha sobre o início da vida sexual, além da disponibilidade de métodos contraceptivos. Todavia, não consta, na referenciada nota<sup>5</sup>, menção à abstinência sexual ou adiamento do início da vida sexual. Além disso, a nota técnica do Ministério da Saúde afirma que educação sexual é uma maneira de produzir insumos para que os jovens façam a escolha mais alinhada às suas expectativas. Todavia, dentro do que se definiu entre os ministérios, está o veto à menção do uso do DIU ou pílula do

---

<sup>4</sup><https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-de-damares-defende-em-nota-tecnica-que-inicio-precoce-da-vida-sexual-leva-delinquencia-24212017>

<sup>5</sup><https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46276-prevencao-de-gravidez-na-adolescencia-e-tema-de-campanha-nacional>



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

dia seguinte, embora sejam métodos contraceptivos utilizados na prevenção da gravidez. Por qual razão se eliminou a referência a tais métodos?

**9.** Segundo levantamento de 2014 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), há pelo menos 527 mil estupros por ano no Brasil, sendo 70% das vítimas crianças e adolescentes. Em 24,1% dos casos, o agressor é o próprio pai ou padrasto, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Já os dados do último relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que nos anos de 2017 e 2018 foram registrados um total de 127.585 estupros, dos quais 63,8% ocorreram em menores de 14 anos – o que configuram como estupro de vulnerável. Tais dados revelam que grande parte dos casos de gravidez na adolescência ocorrem a partir dessas violências e, dessa forma, inserir a educação sexual nas escolas passa, também, por não restringir aos familiares essa tarefa, uma vez que a maioria dos estupros e abusos de crianças e adolescentes ocorre dentro de casa. No âmbito do programa, o Ministério compreende tais casos referenciados nestes dados como início precoce da vida sexual, considerando a declaração da ministra para a Folha de São Paulo no dia 26/01/2020, quando exigiu provas científicas de que “o canal vaginal de uma menina de 12 anos está pronto para ser possuído todos os dias por um homem”? Caso positivo, há estratégias que abordem jovens vítimas de violência sexual – ou seja, quando, contra a sua vontade, iniciam a vida sexual precocemente? De que forma o estímulo ao retardamento da iniciação sexual dialoga com tais casos de abuso e estupro?

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em todo o mundo, a educação sexual de jovens e adolescentes está relacionada à promoção de direitos humanos. De acordo com a Organização das



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nações Unidas (ONU), a implementação de um currículo para a educação sexual nas escolas é fundamental para que crianças e jovens sejam equipados com conhecimento, habilidades, atitudes e valores que os preparem para vivenciar saúde, bem estar e dignidade, além de desenvolverem relacionamentos sociais e sexuais respeitosos, levando em conta o bem estar próprio e dos outros.

A importância da educação sexual nas escolas perpassa não somente pela criação de hábitos saudáveis, mas também por questões que envolvem a saúde reprodutiva, sexual e mental dos jovens, como os altos índices de gravidez na adolescência, a prática do aborto, os crescentes dados sobre HIV/AIDS, a violência sexual e as diversas doenças sexualmente transmissíveis as quais a população está suscetível.

A educação sexual nas escolas auxilia na compreensão das experiências naturais como a menstruação e a puberdade, uma vez que a sexualidade é parte da vida humana e etapa fundamental do processo reprodutivo. Essa educação não significa, necessariamente, reforçar o início da vida sexual dos jovens, mas sim acolhe-los em sua diversidade, uma vez que, de acordo com pesquisa do IBGE de 2015, um quarto dos jovens entrevistados já teve relação sexual no nono ano do ensino médio.

Além disso, a realidade da juventude brasileira com relação ao início de sua vida sexual é alarmante. A deficiência em inseri-los nos discursos de saúde pública, a exemplo da secundarização do debate sobre educação sexual nas escolas, os torna mais vulneráveis. Em outras palavras, não os ensinar a usar preservativos, induzi-los ao desconhecimento em relação as ISTs, além de não tratar a sexualidade como questão de saúde, os inclinam à gravidez precoce, violências e doenças sexualmente transmissíveis.

No que diz respeito à gravidez na adolescência, dados sobre os Nascidos Vivos (Sinasc) mostram 16% de todos os nascimentos do país eram de mães entre 15 e 19 anos. São, no total, 68 crianças de mães adolescentes a cada mil



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

garotas entre 15 e 19 anos, enquanto no mundo a média é de 46 para cada mil meninas. Em relação à violência sexual, dados do IPEA de 2014 indicam que há, pelo menos, 527 mil estupros por ano no Brasil, sendo 70% das vítimas crianças e adolescentes. Em 24,1% dos casos, o agressor é o próprio pai ou padrasto, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Já os dados do último relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que nos anos de 2017 e 2018 foram registrados um total de 127.585 estupros, dos quais 63,8% ocorreram em menores de 14 anos.

O que estes dados explicitam é que grande parte dos casos de gravidez na adolescência ocorrem a partir do estupro de vulnerável, ou seja, jovens menores de 14 anos. Inserir a educação sexual nas escolas perpassa, também, por não restringir aos familiares essa tarefa, uma vez que a maioria dos estupros e abusos de crianças e adolescentes ocorre dentro de casa. Com educação sexual nas escolas é possível que esses jovens e adolescentes tenham maior autonomia para fazerem as decisões corretas, a seu tempo e de maneira mais segura.

É com o objetivo de compreender de que forma a campanha em comento enfrenta tais questões, bem como compreender quais seus objetivos e operacionalização, que o presente requerimento de informações se destina.

Assim, requeremos a este Ministério, com urgência, resposta às questões aqui apresentadas.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2019.

---

**Sâmia Bomfim**  
Deputada Federal  
PSOL/SP